 ISBN:978-85-87942-61-6

MR 016. Ilegalismos, circuitos judiciários e administração de conflitos no Brasil, Argentina e Canadá

Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Mariano Perelman (UBA-CONICET) - Participante, Luciane Patrício Barbosa Martins (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - Participante), Joao Gustavo Vieira Velloso (Université d'Ottawa / University of Ottawa) - Participante, Brigida Renoldi (CONICET) - Debatedor/a Esta mesa redonda tem por objetivo discutir a problem?tica da gest?o de ilegalismos e a mobiliza??o de circuitos judici?rios a partir de pesquisas etnogr?ficas sobre administra??o de conflitos no Brasil, Argentina e Canad?. Os ilegalismos s?o entendidos aqui como condutas que, uma vez patrocinadas por sujeitos espec?ficos, contrariam determinadas expectativas morais?e legais?que as interpretam enquanto?algo de?nocivo?ou perigoso. A gest?o dos ilegalismos envolve desde uma relativa toler?ncia at? suas penaliza?es, conforme os contextos e interesses em jogo. Nossa proposta buscar? promover um debate entre os resultados de abordagens etnogr?ficas e comparativas da pesquisa ?L?gicas de mercado, Conflitos de Interesses e Pr?ticas de Controle nos Processos de Administra??o Institucional de Conflitos?, desenvolvida no ?mbito do INCT-InEAC, assim como os estudos de participantes convidados.?Neste sentido, priorizaremos pesquisas?que realizam um enquadramento mais elucidativo e din?mico das pr?ticas judici?rias e de controle administrativo empregadas na gest?o de ilegalismos.?A partir de tr?s contextos distintos, n?s nos questionaremos,?por exemplo, sobre as defini?es ancoradas em leis e regulamenta?es que definem e classificam os atores e suas pr?ticas na utiliza??o do espa?o p?blico, assim como as formas de san?es voltadas para o controle?de acesso e?uso desses espa?os e na instaura??o de?rela?es, territ?rios e territorialidades espec?ficos.

Circuitos judiciários e gestão diferencial de ilegalismos no Canadá: notas sobre a penalização de imigrantes e de manifestantes

Autoria: Joao Gustavo Vieira

Esta comunicação visa discutir algumas tendências na administração de conflitos no espaço público no Canadá. À partir de pesquisas anteriores sobre o controle de imigração e a governança de manifestações em grandes eventos (G20 em Toronto e greves estudantis no Québec), eu problematizarei a mobilização de circuitos judiciários especializados, sobretudo regimes jurídicos administrativos, e a gestão diferencial de ilegalismos tradicionalmente associados à jurisdição criminal. Eu argumentarei que os usos de múltiplos regimes jurídicos na gestão de ilegalismos não significa que tenhamos menos controle social punitivo em si, mas que usemos menos processos penais e sanções exclusivamente penais. Neste sentido, a penalização administrativa impõe menos restrições ao poder de punir do Estado, operando no limite do estado de direito e sem as garantias legais associadas ao processo penal.

Lógicas de mercado na distribuição dos policiamentos públicos no Rio de Janeiro

Autoria: Luciane Patrício Barbosa Martins

Os constantes tiroteios e a cobertura midiática colocam o RJ nas páginas policiais. Em meio aos clamores por solução, não é raro ouvir demandas por mais policiamento. Os efetivos policiais encarregados pelos policiamentos públicos não seriam suficientes para enfrentar o problema. Curiosamente, o Rio de Janeiro sob intervenção federal ostenta diferentes modalidades de policiamento, com um significativo contingente. Temos os efetivos das polícias e das forças armadas mobilizadas pelo decreto presidencial, agentes da Força

 ISBN:978-85-87942-61-6

Nacional, e, em determinadas regiões, a modalidade ?híbrida? de policiamento financiada pela iniciativa privada que distribuiu agentes da lei em pontos específicos da cidade. A pergunta que informa a presente comunicação é: quais as lógicas (de mercado) que informam a distribuição de tais policiamentos que, sob a alegação de prover mais segurança, produzem escassez?

 ISBN:978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN:978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**